

NEGOCIANDO A PARTICIPAÇÃO NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS NO CONTEXTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

NEGOTIATING PARTICIPATION IN PEDAGOGICAL PRACTICES: FORMS OF PARTICIPATION OF CHILDREN IN THE CONTEXT OF EARLY CHILDHOOD EDUCATION

Rafaely Karolynne do Nascimento Campos **1**
Tacyana Karla Gomes Ramos **2**

Resumo: O presente estudo parte da necessidade teórica e política de se construir e aprofundar contributos sobre os modos de participação das crianças pequenas no processo educativo, com a finalidade de sinalizar aos profissionais da Educação Infantil possibilidades de oportunizar espaços de participação compatíveis com as culturas da infância, ou seja, que atendam aos modos de expressão das crianças. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é analisar o processo de negociação das crianças como um modo de participação nas práticas pedagógicas. Os participantes do estudo são dezessete crianças, de ambos os sexos, com idades de três e quatro anos e uma professora, integrantes de uma escola municipal de Educação Infantil. Para a produção de dados foram utilizadas observação participante, anotações em diário de campo e gravações em vídeo. Foram realizados grupos de interesses com as crianças e entrevista semiestruturada com a professora. As análises revelaram que as crianças não recebem passivamente o que lhes é proposto, antes participam de diversas maneiras, negociando as práticas que lhes são apresentadas. Nesse contexto, conclui-se que as crianças em diversas situações rompem com a perspectiva dessas práticas, revelando suas potencialidades, demonstrando o desejo de participar a partir de seus próprios interesses.

Palavras-chave: Crianças. Educação Infantil. Negociação. Participação Infantil. Prática Pedagógica.

Abstract: The current study comes from the theoretical and political need to build and deepen contributions about the forms of participation of young children in the educational process, aiming to signal to professionals of Early Childhood Education possibilities to provide opportunities for spaces of participation that are compatible with the cultures of childhood, that is, that meet the ways of expression of children. In that way, the goal of this work is to analyze the process of negotiation of children as a way of participation in pedagogical practices. The participants of the study are seventeen children, of both sexes, aged three and four years and a teacher, members of a public institution of Early Childhood Education. For data production, we used participant observation, notes in field diary, and video recordings. Interest groups were performed with the children and a semi-structured interview was performed with the teacher. The analyses revealed that the children do not passively receive what is proposed to them, rather they participate in different ways, negotiating the practices that are presented to them. In that context, it's concluded that children in different situations break with the perspective of these practices, revealing their potential, showing their wish to participate based on their own interests.

Keywords: Children. Early Childhood Education. Negotiation. Children's Participation. Pedagogical Practice.

-
- 1** Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Pedagoga do Instituto Federal de Sergipe (IFS). Lattes: <https://lattes.cnpq/9333817129182177>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8868-1079>. E-mail: rafakarolynne@yahoo.com.br
 - 2** Professora Associada do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Lattes: <https://lattes.cnpq/8613836191193344>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6227-9682>. E-mail: tacyanaramos@gmail.com

Introdução

No campo dos Estudos Sociais da Infância torna-se primordial a compreensão das crianças enquanto atores sociais, sujeitos ativos, que não apenas reproduzem a cultura adulta, mas, com suas potencialidades e de modo distinto do adulto, na interação e negociação com os adultos, com seus pares e com o mundo que os cercam, produzem sua cultura de pares, contribuindo para a produção e reprodução da infância e da sociedade (SARMENTO, 2005).

Nesse contexto, esse estudo fundamentou-se nos aportes teóricos da Sociologia da Infância, tendo como núcleo central o conceito de infância como construção social e criança como ator social, sujeito histórico-cultural, protagonista dos seus processos de socialização (SARMENTO, 2005; DELGADO; MULLER, 2008; FERNANDES, 2009; CORSARO, 2011; FERREIRA, 2002; dentre outros) na interlocução próxima com a Pedagogia da Infância (ROCHA, 1999; OLIVEIRA-FORMOSINHO, 2007; BARBOSA, 2006; etc.), balizada num projeto emancipatório, caracterizado por uma orientação da prática educativa que concebe a criança como sujeito de direitos, afirmando a indispensabilidade de considerarmos o ponto de vista das crianças, expressada por diferentes linguagens, para a organização e efetivação das práticas pedagógicas.

Diversos estudos que vêm realçando a capacidade das crianças pequenas participarem ativamente em seus espaços de Educação Infantil, defendendo o direito de serem ouvidas, consultadas e que seus interesses, desejos sejam levados em consideração em seus processos educativos. Estes estudos nos fornecem elementos para pensarmos as ações e as manifestações das crianças frente ao proposto pelos adultos, numa perspectiva de que creches e pré-escolas respeitem os anseios e as necessidades das crianças, levando em consideração a visão da criança como ator social e sujeito de direitos (AGOSTINHO, 2010; FERREIRA, 2012; VASCONCELOS, 2010).

A Pedagogia da Infância, balizada num projeto emancipatório, caracterizado por uma orientação da prática educativa que concebe a criança como sujeito de direitos e ator social, afirma a indispensabilidade de considerarmos o ponto de vista das crianças, expressada por diferentes linguagens que devem ser consideradas para a organização e efetivação das práticas pedagógicas que concebem "[...] uma pedagogia transformativa" que credita a criança com direitos, compreende a sua competência, escuta a sua voz para transformar a ação pedagógica em uma atividade compartilhada" (OLIVEIRA-FORMOSINHO, 2007, p.14).

Para que haja essa transformação da ação pedagógica em uma ação que acolha as vozes das crianças, concordamos com Cerisara (2002), ao ressaltar a necessidade de uma reorganização no foco do modo de fazer pedagógico, descentrando-o do ponto de vista exclusivamente adulto, para uma perspectiva que considere os interesses das crianças. Entretanto, cabe ressaltar que isso não quer dizer que haverá uma invisibilidade das práticas dos adultos, ou mesmo uma omissão por parte destes. A proposta da Pedagogia da Infância é reconhecer e efetivar na ação pedagógica os direitos das crianças de serem ouvidas e consultadas, de exercerem sua liberdade de expressão e opinião, e de usarem o direito de decisão nas ações que lhes digam respeito. Nesse contexto, sua finalidade é resgatar as vozes das crianças pequenas no contexto das instituições de Educação Infantil (CERISARA, *et al.* 2002).

Em suas investigações Tomás (2006) salienta que a construção de espaços pedagógicos participativos implica que se considere os direitos das crianças, o que implica considerar que não haja manipulação pelos adultos na condução das atividades propostas. Antes se faz necessária a promoção de espaços de negociação entre os sujeitos envolvidos no processo, de forma a desenvolver atividades que atendam aos interesses e necessidades das crianças.

Oliveira-Formosinho e Formosinho (2013) contribuem afirmando que a negociação se trata de uma coparticipação entre o educador e as crianças no processo de construção do planejamento das atividades no contexto de participação. Os estudos empreendidos por Tomás (2006), Tomás e Fernandes (2013), Agostinho (2010), Vasconcelos (2010) indicam que para que a participação das crianças nos seus contextos de educação ocorra cabe aos adultos organizarem espaços e tempos que estejam abertos à escuta da criança, seus anseios e desejos, num exercício que envolva o diálogo e o compartilhamento de poder mediante o exercício da negociação.

As referidas investigações apresentam a compreensão da participação como um espaço de negociação, uma atividade dialógica promotora de interações entre adultos e crianças. Para tal,

evidenciamos aqui o reconhecimento da necessidade de efetivação da ideia de criança enquanto ator social que participa, se posiciona, que deseja falar, ser vista e ouvida. Outros estudos também vão evidenciar e defender a necessidade de considerar a participação efetiva das crianças nas práticas pedagógicas, apontando a negociação como um dos modos pelos quais as crianças participam e se engajam na tomada de decisão em seus contextos educativos. Nesse sentido, as propostas de Tomás e Fernandes (2013, p.206) são fundamentais:

Propomos, então, uma lógica renovada, que inclua adultos e crianças em processos e ações comuns, rentabilizando as linguagens e competências de ambos, assumindo a participação como um pressuposto básico do processo. Tal significa que a definição de estratégias de intervenção deverá ser um processo partilhado, não isento de conflitos e negociado com cada um dos seus interessados, implicando as crianças nestes processos, de forma a promover práticas sociais significativas, implicadas e vividas por todos os actores sociais, adultos e crianças (TOMÁS; FERNANDES, 2013, p. 206).

Nesse contexto, a participação das crianças impõe-se também como mecanismo de reorganização das relações entre adultos e crianças (FERNANDES, 2009), ficando evidente que a efetiva participação infantil depende de uma mudança de concepção da imagem de criança e da postura do adulto, que ao ceder parte do poder à criança em processos de negociação na tomada de decisões, rompe com o modelo adultocêntrico e instaura uma relação democrática entre adultos e crianças (VASCONCELOS, 2010).

Nessa trilha de proposições, partimos da premissa da participação infantil como a ação influente das crianças nos seus contextos de vida e corroboramos com a ideia de que a participação infantil só faz sentido quando há um adulto que possibilita a ação efetiva da criança nos processos de tomada de decisão nos assuntos que são significativos para elas. Assim, acreditamos que a participação implica em que as crianças sejam consideradas, levadas em conta, que sejam ouvidas nos contextos em que estão inseridas, tomando decisões e influenciando as questões que lhes dizem respeito. Nesta perspectiva, a participação é entendida como o direito que a criança tem de usar sua capacidade e competência com formas de intervenção em todos os momentos de sua vida, quer seja na esfera pública ou privada.

Diante do exposto, o presente estudo tem como objetivo analisar o processo de negociação das crianças como um modo de participação que as crianças utilizam para participar das práticas pedagógicas que lhes são dirigidas pela professora em situações cotidianas da Educação Infantil.

Caminhos Teórico-Metodológicos

Participaram da pesquisa um grupo de 17 crianças com idade de três e quatro anos e sua professora, integrantes de uma escola pública de Educação Infantil localizada na cidade de Aracaju/SE. Para alcançar os objetivos elencados para o presente estudo escolhemos a perspectiva etnográfica com crianças como lógica de investigação (GREEN; DIXON; ZAHARLICK, 2002). Para tanto, através da imersão prolongada do pesquisador no contexto estudado, foram utilizados os procedimentos metodológicos da pesquisa etnográfica: observação participante com anotações em diário de campo e gravações em vídeo dos momentos envolvendo as práticas pedagógicas, grupos de interesses com as crianças, estratégia metodológica, que se caracteriza como conversas que se desenvolvem em torno de um determinado assunto, no qual o investigador assume o papel de facilitador, permitindo o desenrolar da conversa entre os sujeitos participantes (MAUTHNER, 1997), e a entrevista do tipo semiestruturada com a professora participante.

A geração de dados teve início apenas após apreciação e aprovação do Projeto de Pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa de uma Instituição de Ensino Superior, atendendo às normas vigentes estabelecidas. Os responsáveis legais pelas crianças - dirigentes da secretaria municipal de educação, diretor da instituição, professora, pais/responsáveis - foram informados acerca dos objetivos e riscos da pesquisa, da possibilidade de desistência, solicitando-se a assinatura do

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As próprias crianças, sujeitos da pesquisa, também foram informadas acerca da investigação e buscou-se o seu interesse de participação na mesma compreendido como assentimento das crianças, interpretado a partir de suas múltiplas linguagens, não apenas no início da pesquisa, mas durante todo o processo de investigação, com o intuito de não as constringer e de garantir seu papel enquanto sujeito ativo e participativo de direito.

O procedimento de análise dos dados se debruçou a partir dos fragmentos gerados no campo, as observações transcritas no caderno de campo, a combinação entre a leitura das transcrições dos vídeos e a apreciação das imagens, seguidas da seleção de episódios (PEDROSA; CARVALHO, 2005) que foram recortados, transcritos e posteriormente arquitetados e esmiuçados a partir da análise microgenética, revelando como as crianças pequenas são sujeitos que participam da dinâmica social investigada, focando nos modos de participação das crianças pequenas no processo educativo.

Para o presente artigo foi escolhido o episódio "Não quer brincar lá não?", por apresentar aspectos considerados relevantes para o alcance dos objetivos elencados para a presente investigação e por trazer elementos importantes para refletirmos sobre os modos como as crianças se engajam em atividades propostas pela professora revelando dessa forma, seus modos de ser, pensar e agir, podendo consolidar novas práticas educativas à medida que a participação vai se construindo entre crianças e adultos.

Negociação e participação infantil nas práticas pedagógicas

No contexto de pesquisa observado, diante das práticas pedagógicas propostas, as crianças sinalizavam seus interesses, seus desejos e necessidades das mais diversas formas. Diante das diversas formas como as crianças manifestam suas ações, elegemos para o estudo em questão, a negociação, um dos modos encontrados no processo de categorização dos dados da pesquisa que revelam o modo distinto como as crianças reagem frente às atividades que lhes são dirigidas pela professora. A negociação aqui é entendida como o processo em as crianças propõem novas atividades frente ao proposto pela professora. Nesse processo interacional, as crianças empreendem junto ao adulto ao propor novas atividades que lhes despertem interesse. Esse modo de interagir nos alerta para o fato que a participação das crianças se dá na tomada de decisões por meio de negociações. Vejamos o episódio relatado a seguir:

Episódio: "Não quer brincar lá não?"

Data: 13/11/2018

Local: Solário e Espaço Verde

Crianças envolvidas: Pedro (4 anos), Miguel (3 anos), Anny (4 anos), Vitória (3 anos), Mariana (4 anos), Stefany (4 anos), Vitor Hugo (4 anos), Pietro (4 anos), Junior (4 anos).

Após o lanche, as crianças são chamadas pela professora para brincarem no solário. Nesse espaço há brinquedos como escorregador, gangorra e balanço. A professora inicia uma atividade de exploração do corpo, pedindo às crianças que façam movimentos corporais, como levantar os braços, esticar as pernas, abaixar, pular, correr. Em seguida, a professora e o cuidador pegam a corda e convidam as crianças para brincarem passando por baixo da corda, alternando a altura, possibilitando que as crianças se abaixem na medida em que também abaixam a corda. As crianças estão envolvidas na atividade, riem e desempenham as tarefas com alegria. Em determinado momento, Pedro sai do solário em direção à área verde que está sendo regada pelas torneiras. O menino observa o ambiente. Pedro liga a torneira que se encontra ao lado da parede do solário e começa a encher vasos reutilizáveis de sabão líquido que estão disponíveis no local. O menino inicia a tarefa de regar as plantas. Miguel percebe que Pedro não está junto ao grupo e se dirige ao local e começa a ajuda-lo. Outras crianças são atraídas pela atividade proposta por Pedro e vão se agregando às ações. Assim, algumas crianças vão saindo do solário em direção à área verde, abandonando a atividade proposta pela professora.

A professora percebe a movimentação das crianças e vai em direção à área verde, olha para Miguel e pergunta: Você não quer brincar lá não?

Meio desconfiado Miguel responde: Não.

Professora: Então, vamos! Vou mostrar a vocês como cuidamos das plantas.

Professora: Venham crianças, agora nós vamos ajudar os meninos a regar as plantas.

Algumas crianças gritam entusiasmadas e vão correndo em direção à área verde.

A professora apoia Pedro e Miguel em suas ações, molhando e orientando as demais crianças como devem regar. Mas crianças vão desenvolvendo as ações à sua maneira, explorando o ambiente em que estão em parceria com seus colegas.

No episódio descrito acima as crianças estão desenvolvendo uma atividade proposta pela professora. Pedro sugere uma nova atividade, que é acolhida e aceita por Miguel e em seguida pelas demais crianças. A professora dá seguimento à iniciativa da criança, apresenta-se disposta a mudar de perspectiva e a assumir o ponto de vista e de interesse das crianças. Assim, num processo de negociação, uma espécie de conversa entre os parceiros sociais, adultos e crianças, chegam a um acordo de que a atividade proposta pelas crianças seria o ideal a ser executado no momento.

Dezin (1977) afirma que para que ocorra a negociação efetiva nas relações sociais são necessários três passos. O primeiro passo é necessário que o sujeito assuma a atitude ou a perspectiva dos outros que se encontram no contexto. Em segundo lugar é preciso que se desenvolva uma linha de ação conforme o outro, complementando as suas próprias ações e atitudes. E por fim, é necessário que uma ação conjunta seja reproduzida.

Na perspectiva do referido autor, percebemos como a professora decide pela continuidade da ação empreendida por Pedro e Miguel, em vez de prosseguir com suas ações. Ela toma a ação dos meninos como sua linha de ação, convida as demais crianças para se envolverem e nesse contexto temos uma ação conjunta. É um processo baseado em uma relação de envolvimento pessoal do adulto, que apoia, explora e aprecia as propostas das crianças. Oliveira-Formosinho (2007) contribui nesse sentido afirmando que a negociação se trata de uma coparticipação entre o educador e as crianças no processo de construção do planejamento das atividades no contexto de participação.

Tomás (2006, p.54) ressalta que "a participação não significa fazer tudo, não significa que os adultos simplesmente rendam-se a todas as decisões das crianças! Trata-se, sim, de um processo de negociação e de relações mais horizontais e simétricas entre adultos e crianças". Nesse processo, a professora permite a atividade se envolvendo na propositura das crianças, apoia o grupo em seus interesses e propõe outras ações nessa mesma linha de atividades, num processo horizontal, onde crianças e adultos compartilham saberes.

O episódio sinaliza que a participação ativa das crianças em seu próprio processo de desenvolvimento é realizada de forma efetiva quando a professora se coloca numa posição de ouvinte, cedendo parte do seu poder adulto e mudando sua perspectiva para considerar o ponto de vista da criança (BAE, 2015), reconhecendo-as, como protagonistas de suas próprias ações, de seu próprio saber e do seu processo de desenvolvimento.

As cenas descritas acima apontam uma prática pedagógica que reconhece a potência, as competências e saberes das crianças valorizando suas culturas infantis. Essa prática pedagógica está relacionada com as concepções de criança/infância e a práticas educativo-pedagógicas que possibilitam a criação de condições e oportunidades para o exercício da participação ativa das crianças.

A participação ativa das crianças em seu próprio processo de desenvolvimento é realizada de forma efetiva quando os contextos em que as crianças estão inseridas apresentem condições favoráveis e ofereçam experiências de qualidade com práticas orientadas por concepções de infância e criança que as coloquem no centro do seu processo educativo, reconhecendo-as, como protagonistas de suas próprias ações, de seu próprio saber e do seu processo de desenvolvimento (PARRINI, 2016).

Nesta perspectiva, corroboramos com a ideia de que as crianças possuem competências que lhes permitem dar contribuições enriquecedoras para o melhoramento das práticas educativas. Percebemos claramente como a ação de Pedro propiciou um melhoramento da prática pedagógica, ao propor uma atividade que lhe cativava interesse, mesmo esta não estando prevista no planejamento. As experiências e as perspectivas das crianças sinalizam sugestões criativas à prática docente, evocando ao adulto as possibilidades e vantagens de incluir a participação das crianças

como coautor da prática pedagógica. Tal assertiva reforça a legitimação da defesa do direito de participação das crianças em todos os processos sociais aos quais lhes despertem interesse.

O planejamento na Educação Infantil envolve não somente ações que estejam de acordo com a proposta pedagógica da instituição, ou somente aquilo que o educador estabeleceu em sua preparação, mas estar atento às situações que surgem na interação com as crianças e estar atento às demandas apresentadas por elas. Reconhecemos que nem sempre essas ações serão fáceis, sobretudo estar em alerta para escutar e acolher o que as crianças manifestam por meio de suas múltiplas linguagens.

Levando em consideração a propositura proposta pelas crianças, percebemos que a professora tem a rica oportunidade de refletir acerca do seu papel de mediador, do processo de experiências e aprendizagens das crianças, considerando as hipóteses das crianças, recriando sua prática. Nesse contexto, o professor assume ao mesmo tempo, o papel de mestre e aprendiz, aprendendo e ensinando, numa troca de experiências pedagógicas que favorece a atuação das crianças enquanto atores sociais.

O fazer e o saber das crianças precisam de tempo para serem observados e interpretados; cada momento utilizado para substituí-lo é tempo durante o qual dispomos de menos olhos para olhá-las, ouvidos para escutá-las, sorrisos para acompanhá-las e incentivá-las nas pequenas e grandes aventuras que habitam seus horizontes de ação (PARRINI, 2016, p. 77).

Nos termos do autor citado acima, é possível destacar a importância de observar as crianças, ouvir suas contribuições e incentivá-las em suas proposituras. Num movimento de planejamento construído com elas e para elas. Nesse contexto, afirmar uma ideia de currículo construído a partir das oportunidades, sinalizadas e construídas com as crianças, centro do processo educativo de sua educação e desenvolvimento pleno. Tal propositura implica em uma intencionalidade pedagógica. A prática pedagógica do professor apresenta uma reflexão sobre as finalidades e sentidos das suas ações e os modos como organiza a sua prática educativa. Essa ação profissional de construir e gerir o currículo na Educação Infantil pressupõe observar, planejar, agir, avaliar apoiado em diferentes formas de registro e de documentação (MOSS, 2009). Essa prática pedagógica intencional é desenvolvida com a participação dos envolvidos no processo educativo "crianças, profissionais, família" envolvendo os diferentes contextos de vida em que a criança está inserida.

Em entrevista com a professora, esta ao pronunciar-se sobre a participação das crianças na Educação Infantil relata:

Elas são [...] é... coparticipantes de todo o processo, né? É uma relação de troca, tanto minha, quanto delas comigo, é uma interação que a gente faz. E elas também trazem muitas coisas, assim, elas me mostram, às vezes, quais são as necessidades, apesar de que, os professores têm sempre assim um programa público a cumprir, coisas que a gente sabe que nessa idade é importante elas aprenderem, mas elas também vão sinalizando né, o que elas pensam, a gente vai conversando e produzindo os temas, vai vendo que elas sabem muito mais do que às vezes o professor imagina né? (Entrevista com a professora/Janeiro/2018).

Esta fala da professora revela uma concepção de criança enquanto sujeito que interage, que se relaciona com o adulto, de um sujeito que participa. Contudo, a escola precisa consolidar efetivamente essa imagem de criança como sujeito de direitos, uma concepção de criança como sujeito de participação nas práticas pedagógicas. No sentido de aprofundar a discussão teórica, Tomás e Fernandes (2013, p. 203) afirmam:

[...] consideramos indispensável promover uma reconceptualização da infância contemporânea identificando as vantagens sociais e políticas da participação das crianças,

a qual se deve sediar numa acção pedagógica participativa ancorada nos direitos da criança, sobretudo a partir dos seus direitos de participação.

Essa afirmação exige refletir sobre a relação entre crianças e adultos no contexto educativo, apontando a necessidade de planejar e executar práticas pedagógicas que valorizem a ação social das crianças enquanto prática significativa.

A Pedagogia da Infância e suas especificidades reconhecem a centralidade da criança e seu papel de coconstrutora do currículo educacional, reafirmando saberes e experiências prévias das crianças, suas culturas infantis como fundamentais para o processo educativo das crianças. Em contrapartida, outras pedagogias guiadas por objetivos definidos e conteúdos pré-estabelecidos engendram as aprendizagens das crianças, transformando seus modos de ser, de agir, de se relacionar com o mundo, com as pessoas e objetos em estratégias de ensino para transmitir conteúdo, hipoteticamente afirmadas como lúdico-pedagógicas, como afirmou Brougère (1998).

As pesquisas científicas nos mostram a importância da participação para o desenvolvimento das crianças, desde a mais tenra idade, como também evidenciam a relevância das interações sociais no processo de aprendizagem das crianças pequenas. É no convívio com os adultos, inicialmente, e com os pares de idades que as crianças desenvolvem suas primeiras aprendizagens. Realizar tarefas conjuntamente, colaborar na construção de atividades e decidir coletivamente auxilia no processo de aprendizagens das crianças.

Práticas pedagógicas que propiciam a participação da criança possibilitam que a função política da Educação Infantil seja efetivada contribuindo para que meninos e meninas possam usufruir de seus direitos sociais e políticos e exerçam seu direito de participação, tendo em vista sua formação para a cidadania. Contudo, o modelo tradicional de escola, historicamente estabelecido e que ainda alicerça grande parte das práticas escolares, dificulta a construção dessa nova dimensão educacional centrada nas concepções de escola como espaço para a produção de culturas infantis e das crianças como atores sociais, competentes, sujeitos de direitos e direitos de participação (BARBOSA, 2009).

É evidente que se torna imprescindível oferecer às crianças atividades, vivências, experiências que possam ser executadas por um corpo que pensa, sente, se relaciona, desde a mais tenra idade. Por isso, é necessário o planejamento de outras atividades e conhecimentos que priorizem formas mais próximas das experiências das crianças e não da visão fragmentada disciplinar construída pelo modelo moderno de educação.

O processo de participação das crianças no processo educativo exige mudanças nas relações de poder fortemente hierarquizadas dentro das instituições educativas, devido a uma cultura marcada pela perspectiva adultocêntrica, que hierarquiza e discrimina adultos entre crianças, na qual os profissionais se colocam como detentores do saber e, as crianças como aquelas que nada sabem e precisam dos adultos para ensinar-lhes, por isso cabe a estes o planejamento de todas as ações educativas.

Considerar a participação é pensar em uma proposta na qual adultos e crianças, autores do processo educativo, possam encontrar espaço para expressar seus interesses. A participação não deve ocorrer apenas em algumas atividades, a critério do adulto decidir em qual momento a criança poderá participar, contudo, deve permear todas as ações do cotidiano. Para tanto, é necessário garantir e promover a abertura à participação das crianças. Ressaltamos aqui que não basta incentivar a participação das crianças nas atividades propostas dentro do grupo, é necessário que haja a criação de espaços para que o grupo tenha possibilidades para tomar decisões e estas sejam aceitas pelos adultos.

Considerar que as crianças são competentes para participar das decisões e escolhas da prática pedagógica junto ao professor é reconhecer os direitos das crianças. Entretanto, é preciso ter em mente que a participação infantil não se resume a atender os desejos e considerar as propostas das crianças. Antes pressupõe que considerar a participação infantil nas práticas pedagógicas implica em mudanças cotidianas que acontecem processualmente nos contextos da Educação Infantil.

Apontamentos Conclusivos

O presente estudo parte da necessidade teórica e política de se construir e aprofundar contributos sobre os modos de participação das crianças pequenas no processo educativo, com a finalidade de sinalizar aos profissionais da Educação Infantil possibilidades de oportunizar espaços de participação compatíveis com as culturas da infância, ou seja, que atendam aos modos de expressão das crianças.

Os dados empíricos apresentados apontam que, se por um lado, os adultos insistem em reproduzir uma prática pedagógica centrada no controle regulador com dimensões limitadoras, as crianças insistem em reinventar tais práticas apresentando ideias criativas a partir dos seus interesses. E mesmo diante do poder controlador do adulto frente às ações das crianças, estas não são passivas, antes insistem em negociar as práticas que lhes são dirigidas. Nesse sentido, a participação das crianças é sempre uma ação complexa, permeada pela negociação de interesses.

A investigação permitiu sedimentar a ideia de que as crianças, enquanto atores sociais competentes participam de diversas formas e ritmos e insistem o tempo todo em participar de processos que lhes digam respeito, como também, nos permitiu concluir que em diversas situações elas rompem com a perspectiva das práticas que lhes são dirigidas, revelando suas potencialidades, demonstrando o desejo de participar a partir de seus próprios interesses, possibilitando um melhoramento das práticas, quando seus modos de expressão são levados em consideração, desvendando com maior legitimidade a competência participativa das crianças nos contextos em que estão inseridas.

Contudo, reconhecemos que essa participação em diversas situações é constrangida, limitada pelo poder adulto exercido sobre as crianças. Nesse sentido, inferimos que para que a efetiva participação infantil nas ações pedagógicas ocorra é necessário que haja a intencionalidade pedagógica. A concretização dos pressupostos de participação infantil pressupõe que os adultos sejam capazes de ouvir e possibilitar formas de participação ativa das crianças nos cotidianos dos seus mundos sociais e culturais.

A participação efetiva das crianças se dará por meio de relações sociais de maior horizontalidade, nas quais adultos e crianças possam partilhar saberes e fazeres de forma respeitosa. Nesse contexto, efetivar a participação das crianças nas instituições de Educação Infantil significa ampliar os espaços de cidadania das crianças, tornando-as coautoras da prática pedagógica junto ao educador.

Referências

AGOSTINHO, Kátia Adair. **Formas de participação das crianças na Educação Infantil**. 2010. 349f. Tese (Doutorado) - Doutorado em Estudos da Criança, Área de Especialização em Sociologia da Infância. Universidade do Minho, 2010.

BAE, Berit. O direito das crianças a participar - desafios nas interações do quotidiano. Natália Fernandes e Catarina Tomás (Tradução). **Da Investigação às práticas**, v.6, n.1, p. 7-30. 2015.

BARBOSA, Maria Carmen. A rotina nas pedagogias da Educação Infantil: dos binarismos à complexidade. **Currículo sem fronteira**, v.6, n. 1, p.56-59, jan./jun. 2006.

BARBOSA, Maria Carmen. **Práticas cotidianas na educação infantil**: bases para a reflexão sobre as orientações curriculares. Projeto de Cooperação Técnica MEC e UFRGS para Construção de orientações curriculares para a educação infantil. Brasília, 2009.

BROUGÈRE, Gilles. **Jogo e educação**. Porto Alegre: Artes médicas. 1998.

CERISARA, Ana Beatriz. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil no Contexto das Reformas. **Educação & Sociedade**, Campinas: CEDES, v. 23, n. 80, p. 329 – 347, set. 2002.

CORSARO, William A. **Sociologia da Infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DELGADO, Ana Cristina Coll; MULLER, Fernanda. Abordagens etnográficas nas pesquisas com crianças. *In*: Silvia Helena Vieira Cruz. (Org.). **A Criança Fala: a escuta de crianças em pesquisas**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

DEZIN, Norman K. **Childhood socialization**. London: Josey-Bass Publication, 1977.

FERNANDES, Natália. **Infância, Direitos e Participação: representações, práticas e poderes**. Porto: Edições Afrontamento, 2009.

FERREIRA, Maria Manuela Martinho. "- **A gente aqui o que mais gosta é de brincar com os outros meninos!**" as crianças como atores sociais e a (re)organização social do grupo de pares no cotidiano de um Jardim de Infância. 736f. Dissertação de Doutorado, Universidade do Porto, 2002.

FERREIRA, Eliana Maria. "**Você parece criança!**" Os Espaços de Participação das Crianças nas Práticas Educativas. 159f. (Dissertação) - Mestrado em Educação da Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, 2012.

GREEN, J.L.; DIXON, C.N. ; ZAHARLICK, A. Ethnography as a logic of inquiry. *In*: J. FLOOD ; D. LAPP (Eds.) **Handbook on research in the teaching of the English language arts**. New Jersey: Earlbaum, 2002. p. 201-224.

MAUTHNER, M. **Methodological aspects of collecting data from children: lessons from three research projects**. *Children&Society*, 11, 1997.

MOSS, Peter. Introduzindo a Política na Creche: a Educação Infantil como Prática Democrática. Tradução de Carolina Brum e revisão técnica de Fernanda Müller e Ana Carvalho. **Psicologia USP**, São Paulo, v.20, n.3, p. 417-436, jul./set. 2009.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia. Pedagogia(s) da infância: reconstruindo uma práxis de participação. *In*: OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia; KISHIMOTO, Tizuko Morchida; PINAZZA, Mônica Appezzato (org.). **Pedagogia(s) da Infância: dialogando com o passado construindo o futuro**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia; FORMOSINHO, João. Perspectiva pedagógica da Associação Criança: Pedagogia-em-Participação. *In*: OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia; KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Em busca da pedagogia da infância: pertencer e participar**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 188-216.

PARRINI, Chiara. Ocasões e protagonismo: o fazer e o saber das crianças no cotidiano. *In*: FORTUNATI, Aldo (Org.). Tradução de Paula Baggio. **Por um currículo aberto ao possível: protagonismo das crianças e educação**. Porto Alegre: Buqui, 2016. p. 74- 101.

PEDROSA, Maria Isabel; CARVALHO, Ana Maria Almeida. Análise qualitativa de episódios de interação: uma reflexão sobre procedimentos e formas de uso. **Revista Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.18, n.3, p.431-442, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v18n3/a18v18n3.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2016.

ROCHA, Eloisa Acires Candal. **A pesquisa em Educação Infantil no Brasil: trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma pedagogia**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1999.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância.

Educação e Sociedade. [online], v.26, n.91, p. 361-378, 2005.

TOMÁS, Catarina Almeida. **Há muitos mundos no mundo... Direitos das crianças, Cosmopolitismo Infantil e Movimentos Sociais de Crianças** - diálogos de crianças de Portugal e Brasil. Tese de Doutorado, Braga, Universidade do Minho, 2006.

TOMÁS, Catarina; FERNANDES, Natália. Participação e acção pedagógicas: a valorização da(s) competência(s) e acção social das crianças. **Educativa.** Revista do Departamento de Educação, v. 16, n. 2, p. 201-216, jul./dez. 2013.

VASCONCELOS, Giselle Silva Machado de. **"Você vai ter que aprender a desobedecer!" A participação das crianças na relação pedagógica:** um estudo de caso na educação infantil. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

Recebido em 06 de dezembro de 2022.

Aceito em 16 de janeiro de 2023.